



Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS

NOVEMBRO/2024

PODER JUDICIÁRIO

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ

SEÇÃO DE CONFORMIDADE E ORIENTAÇÃO CONTÁBIL

Declaração do Contador

DECLARO que as informações das Demonstrações Contábeis constantes do SIAFI, Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e a Demonstração do Fluxo de Caixa, regidos pela Lei 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica do Setor Público (NBC TSP 11, DOU de 31/10/2018) e pelo Manual SIAFI, **relativas ao encerramento do mês de novembro de 2024**, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Superior Tribunal de Justiça – UG 050001.

Brasília, 19 de dezembro de 2024.

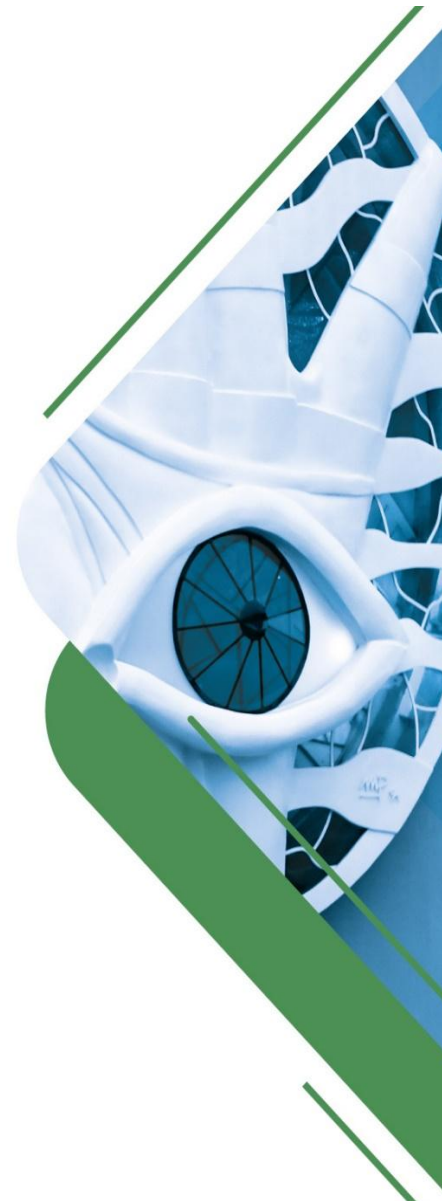
Alanclei Barros
CONTADOR
CRC – 016293/O-0

Apoio Técnico
Beatriz Gomes Maracajá de Moraes
Gabriel de Araujo Sobrinho
Vanôres Ferreira da Silva Júnior

Sumário

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	2
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	5
LISTA DE TABELAS	7
APRESENTAÇÃO	8
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	9
BALANÇO PATRIMONIAL (BP)	9
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DVP)	11
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (BO)	12
BALANÇO FINANCEIRO (BF)	14
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC)	16
BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS	17
RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS	18
NOTA EXPLICATIVA 1 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	24
NOTA EXPLICATIVA 2 – DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO/LONGO PRAZO	24
NOTA EXPLICATIVA 3 – ESTOQUES	25
NOTA EXPLICATIVA 4 – IMOBILIZADO	26
NOTA EXPLICATIVA 5 – INTANGÍVEIS (SOFTWARES)	28
NOTA EXPLICATIVA 6 – PASSIVO CIRCULANTE	28
NOTA EXPLICATIVA 7 – PROVISÕES DE LONGO PRAZO E DEMAIS RESERVAS	30
NOTA EXPLICATIVA 8 – SUPERÁVIT OU DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL E AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	30
NOTA EXPLICATIVA 9 – SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	30
NOTA EXPLICATIVA 10 – SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	31
NOTA EXPLICATIVA 11 – RESULTADO PATRIMONIAL	31
NOTA EXPLICATIVA 12 – RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	33
NOTA EXPLICATIVA 13 – RESULTADO FINANCEIRO	36
Anexos	38
ANEXO I - RECURSOS FINANCEIROS DISTRIBUÍDOS POR FONTES	38
ANEXO II - RELATÓRIO DE MOVIMENTAÇÃO DE ALMOXARIFADO – RMA	39

ANEXO III - RELATÓRIO DE MOVIMENTAÇÃO DE BENS – RMB	40
ANEXO IV - BENS EM PODER DE TERCEIROS, CEDIDOS A OUTROS ÓRGÃOS, EM PROCESSO DE LOCALIZAÇÃO E TERMOS DE CESSÃO DE USO	41
ANEXO V - DOS BENS IMÓVEIS	42
ANEXO VI - TERMOS DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA	43
ANEXO VII - PASSIVOS DE PRECATÓRIOS	44
ANEXO VIII - EXECUÇÃO DA LOA 2024	45



Lista de Abreviaturas e Siglas

AH	Análise Horizontal
AV	Análise Vertical
BA	Bem Avaliado
BACEN	Banco Central
BF	Balanço Financeiro
BO	Balanço Orçamentário
BP	Balanço Patrimonial
CB	Custo do Bem
CDE	Cotas de Depreciação Equivalente
CEF	Caixa Econômica Federal
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CJF	Conselho da Justiça Federal
CMA	Custo Mensal de Amortização
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CRC	Conselho Regional de Contabilidade
CS	Custo do Software
CUTN	Conta Única do Tesouro Nacional
DEA	Despesas de Exercícios Anteriores
DFC	Demonstração dos Fluxos de Caixa
DODF	Diário Oficial do Distrito Federal
DOU	Diário Oficial da União
EC	Estado de Conservação
ENFAM	Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados
GDF	Governo do Distrito Federal
IN	Instrução Normativa
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
ITG	Interpretação Técnica de Normas Brasileiras de Contabilidade convergentes com as normas internacionais do <i>International Accounting Standards Board</i>
LOA	Lei Orçamentária Anual
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MTO	Manual Técnico do Orçamento
NBC TSP	Norma Brasileira de Contabilidade Técnica do Setor Público
NE	Nota Explicativa
PL	Patrimônio Líquido
PSSS	Plano de Seguridade Social do Servidor
PVU	Período de Vida Útil
RMA	Relatório de Movimentação de Almoxarifado
RMB	Relatório de Movimentação de Bens Móveis
RPNP	Restos a Pagar Não Processados
RPV	Requisição de Pequeno Valor

SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
SPIUnet	Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPU	Secretaria do Patrimônio da União
STJ	Superior Tribunal de Justiça
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TCU	Tribunal de Contas da União
TED	Termos de Execução Descentralizada
UG	Unidade Gestora
UO	Unidade Orçamentária
VCLM	Valor Líquido Contábil de Mercado
VD	Valor de Depreciação
VM	Valor de Mercado
VPA	Varição Patrimonial Aumentativa
VPD	Varição Patrimonial Diminutiva
VR	Valor Residual

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Regime de Caixa X Regime de Competência.....	23
Tabela 2 – Créditos a Receber.....	24
Tabela 3 – Ajuste para Perdas de Créditos Administrativos.....	25
Tabela 4 – Imobilizados (Móveis X Imóveis).....	26
Tabela 5 – Intangíveis (Vida útil definida X Indefinida).....	28
Tabela 6 – Conta Precatórios de Terceiros.....	29
Tabela 7 – Saldos Garantias.....	31
Tabela 8 – Saldos de Encerramento.....	31
Tabela 9 – Obrigações Contratuais.....	31
Tabela 10 – Resultado Patrimonial.....	32
Tabela 11 – Variações Patrimoniais (comparativo).....	32
Tabela 12 – Execução de Despesas por elemento.....	34
Tabela 13 – Restos a Pagar Não Processados.....	35
Tabela 14 – Restos a Pagar Processados.....	35
Tabela 15 – Resultado Financeiro.....	36

Apresentação

As Demonstrações Contábeis do Superior Tribunal de Justiça (STJ) são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Observam, também, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI, da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Nossas Demonstrações têm a finalidade de apresentar à sociedade a situação e os resultados orçamentário, financeiro e patrimonial desta Corte. Elas são compostas pelo Balanço Patrimonial (BP), pela Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), pelo Balanço Orçamentário (BO), pelo Balanço Financeiro (BF) e pela Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e são acompanhadas pelas notas explicativas (NE).

O BP tem por objetivo evidenciar, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) por meio de contas representativas do patrimônio público por ela gerido, bem como os atos potenciais.

A DVP visa evidenciar as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício.

O BO, por sua vez, objetiva demonstrar a execução orçamentária de receitas e de despesas ao longo do exercício, confrontando as receitas e as despesas previstas na Lei Orçamentária Anual (LOA) com aquelas efetivamente realizadas.

O BF tem por objetivo evidenciar os ingressos e dispêndios orçamentários e extraorçamentários realizados no exercício, conjugados com os saldos advindos do exercício anterior e aqueles que são transferidos para o exercício seguinte.

A DFC visa evidenciar as origens e as aplicações das disponibilidades financeiras obtidas pela entidade, classificando-as em três grupos de atividades: operacionais, de investimento e de financiamento. Além de mostrar as origens e aplicações das disponibilidades financeiras, tal demonstração evidencia o fluxo líquido de caixa do STJ.

A atividade de conformidade contábil tem como objetivo assegurar a integridade, a fidedignidade e a confiabilidade das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), que é o sistema do governo federal em que são executados os atos e os fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial. O resultado das análises das demonstrações financeiras e dos demais relatórios do SIAFI podem ser acessados no Portal de Transparência do STJ no endereço: <https://transparencia.stj.jus.br/demonstracoes-contabeis/>.

A gestão de custos, nos termos da NBC TSP 11 e NBC T 16.11, é informada pela Assessoria de Conformidade e Integridade Digital, no Relatório de Gestão 2023, disponível no Portal da Transparência do STJ.

Demonstrações Contábeis

BALANÇO PATRIMONIAL (BP)

ATIVO

ESPECIFICAÇÃO	NE	30/11/2024 (R\$)	31/12/2023 (R\$)	AH
ATIVO CIRCULANTE		694.322.828,92	545.677.118,08	27,24%
Caixa e Equivalente de Caixa	<u>01</u>	616.994.523,70	466.696.622,58	32,205%
Créditos de Curto Prazo	<u>02</u>	73.406.088,71	74.637.234,39	-1,650%
Estoques	<u>03</u>	3.822.668,42	4.250.673,61	-10,069%
VPDs Pagas Antecipadamente		99.548,09	92.587,50	7,518%
ATIVO NÃO CIRCULANTE		632.742.622,37	521.182.481,60	21,41%
Ativo Realizável a Longo Prazo		8.391.274,27	8.540.391,61	-1,746%
Créditos a Longo Prazo		8.391.274,27	8.540.391,61	-1,746%
Demais Créditos e Valores a LP	<u>02</u>	8.391.274,27	9.046.295,79	-7,241%
Demais Créditos e Valores		9.040.577,83	-	100,00%
(-) Ajustes Perdas Demais Créed. E Valores		-649.303,56	-	100,00%
(-) Ajustes Perdas em Créditos a LP	<u>02</u>	-	-505.904,18	-100,000%
Imobilizado		564.312.511,02	468.905.695,80	20,347%
Bens Móveis	<u>04</u>	151.907.227,22	66.243.902,55	129,315%
Bens Móveis		195.978.570,50	113.525.927,11	72,629%
(-) Depreciação		-44.071.343,28	-47.282.024,56	-6,790%
Bens Imóveis	<u>04</u>	412.405.283,80	402.661.793,25	2,420%
Bens Imóveis	<u>11</u>	412.424.411,09	402.718.320,07	2,410%
(-) Depreciação	<u>04</u>	-19.127,29	-56.526,82	-66,162%
Intangível		60.038.837,08	43.736.394,19	37,274%
Softwares		60.038.837,08	43.736.394,19	37,274%
Softwares	<u>05</u>	62.028.149,34	45.148.334,30	37,387%
(-) Amortização	<u>05</u>	-1.989.312,26	-1.411.940,11	40,892%
TOTAL DO ATIVO		1.327.065.451,29	1.066.859.599,68	24,39%

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

ESPECIFICAÇÃO	NE	30/11/2024 (R\$)	31/12/2023 (R\$)	AH
PASSIVO CIRCULANTE		188.730.613,22	172.410.845,12	9,47%
Obrigações Trabalhistas, Previd. e Assist. a Pagar CP	<u>06</u>	77.968.178,23	35.898.480,21	117,191%
Fornecedores e Contas a Pagar – CP		6.364.253,85	3.782,17	168169,905%
Obrigações Fiscais – CP		-	-	-
Provisões a Curto Prazo	<u>06</u>	7.302.735,52	31.052.932,19	-76,483%
Demais Obrigações a CP	<u>06</u>	97.095.445,62	105.455.650,55	-7,928%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		32.355.025,26	33.542,35	96360,22%
Provisões a Longo Prazo	<u>07</u>	33.542,35	33.542,35	0,000%
Demais Obrigações a LP		32.321.482,91	-	100,00%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.105.979.812,81	894.415.212,21	23,65%
Demais Reservas	<u>07</u>	150.637.221,45	123.473.978,92	21,999%
Resultado Acumulados		955.342.591,36	770.941.233,29	23,919%
Resultado do Exercício		284.467.846,61	45.109.079,78	530,622%
Result. de Exercícios Anteriores		770.941.233,29	739.773.654,13	4,213%
Ajustes de Exercícios Anteriores	<u>08</u>	-100.066.488,54	-13.941.500,62	617,760%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.327.065.451,29	1.066.859.599,68	24,39%

ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ESPECIFICAÇÃO	NE	NOV/24 (R\$)	DEZ/23 (R\$)
ATIVO (I)		1.327.065.451,29	1.066.859.599,68
Ativo Financeiro		616.994.523,70	466.696.622,58
Ativo Permanente		710.070.927,59	600.162.977,10
PASSIVO (II)		388.005.681,52	303.454.135,55
Passivo Financeiro		333.055.788,97	243.112.198,46
Passivo Permanente		54.949.892,55	60.341.937,09
SALDO PATRIMONIAL (III = I – II)		939.059.769,77	763.405.464,13

SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO

ESPECIFICAÇÃO	NE	NOV/24 (R\$)
		SUPERÁVIT/DÉFICIT
RECURSOS ORDINÁRIOS		259.055.629,46
RECURSOS VINCULADOS		24.883.105,27
Seguridade Social (Exceto Previdência)		13.757.723,48
Previdência Social (RPPS)		
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		11.125.381,79
TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS	<u>08</u>	283.938.734,73

COMPENSAÇÕES

ESPECIFICAÇÃO	NE	NOV/24 (R\$)	DEZ/23 (R\$)
ATOS POTENCIAIS ATIVOS	<u>09</u>	34.546.960,92	26.409.873,60
Garantias e Contragarantias Recebidas		34.546.960,92	26.409.873,60
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	<u>10</u>	444.303.277,72	494.087.598,49
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres		1.442.036,93	2.684.068,94
Obrigações Contratuais		442.861.240,79	491.403.529,55

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DVP)

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

ESPECIFICAÇÃO	NE	30/11/2024 (R\$)	30/11/2023 (R\$)	AH
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)	<u>11</u>	2.377.577.657,57	2.476.897.424,81	-4,01%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		62.655.437,12	50.910.661,43	23,07%
Taxas		62.655.437,12	50.910.661,43	23,07%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		7.391.027,74	823.889,00	797,09%
Venda de Mercadorias		39.640,86	4,95	800725,45%
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		7.351.386,88	823.884,05	792,28%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		1.307,51	422,58	209,41%
Transferências e Delegações Recebidas		2.280.633.595,05	2.397.427.799,92	-4,87%
Transferências Intragovernamentais		2.280.568.471,55	2.372.208.180,89	-3,86%
Outras Transferência e Delegações Recebidas		65.123,50	25.219.619,03	-99,74%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		2.603.848,29	1.544.172,11	68,62%
Ganhos com Incorporação de Ativos		2.603.747,98	1.539.050,49	69,18%
Ganhos com Desincorporação de Passivos		100,31	5.121,62	-98,04%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		24.292.441,86	26.190.479,77	-7,25%
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		21.473.052,88	23.404.701,17	-8,25%
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		2.819.388,98	2.785.778,60	1,21%

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

ESPECIFICAÇÃO	NE	30/11/2024 (R\$)	30/11/2023 (R\$)	AH
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)	<u>11</u>	2.093.109.810,96	2.302.586.821,64	-9,10%
Pessoal e Encargos		908.803.199,29	853.302.582,55	6,50%
Remuneração a Pessoal		712.805.006,28	669.188.586,43	6,52%
Encargos Patronais		131.334.171,72	129.451.152,85	1,45%
Benefícios a Pessoal		53.367.398,83	45.157.125,61	18,18%
Outras Variações Patrim. Diminutivas – Pessoal e Enc.		11.296.622,46	9.505.717,66	18,84%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		430.002.567,80	399.733.625,40	7,57%
Aposentadorias e Reformas		359.765.113,69	334.123.948,16	7,67%
Pensões		68.739.970,09	64.415.965,74	6,71%
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		1.497.484,02	1.193.711,50	25,45%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		341.315.097,30	283.526.146,62	20,38%
Uso de Material de Consumo		15.817.360,77	6.655.447,62	137,66%
Serviços		304.048.732,31	266.688.771,61	14,01%
Depreciação, Amortização e Exaustão		21.449.004,22	10.181.927,39	110,66%
Variações Patrimoniais Dim. Financeiras		5.978,91	18.062,72	-66,90%
Transferências e Delegações Concedidas		195.189.097,87	214.683.111,93	-9,08%
Transferências Intragovernamentais		193.494.589,54	214.462.323,14	-9,78%
Transferências ao Exterior		4.944,31	-	100,00%
Outras Transferências e Delegações Concedidas		1.689.564,02	220.788,79	665,24%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		210.337.528,94	545.080.392,71	-61,41%
Reav. Red. a Valor Rec. e Ajustes para Perdas	<u>11</u>	2.542.268,42	53.471.238,23	-95,25%
Perdas Involuntárias		-	791.406,86	-100,00%
Incorporação de Passivos		199.551.124,48	488.595.689,78	-59,16%
Desincorporação de Ativos		8.244.136,04	2.222.057,84	271,01%
Tributárias		172.977,76	144.997,63	19,30%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		40.894,69	41.733,83	-2,01%
Contribuições		132.083,07	103.263,80	27,91%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		7.283.363,09	6.097.902,08	19,44%
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		7.283.363,09	6.097.902,08	19,44%
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III = I - II)		284.467.846,61	174.310.603,17	63,20%

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (BO)

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

ESPECIFICAÇÃO	NE	Previsão Inicial (A) (R\$)	Previsão Atualizada (B) (R\$)	Receitas Realizadas (C) (R\$)	Saldo (D = C - B) (R\$)	% Realizado (C/B) (R\$)
RECEITAS CORRENTES	<u>12</u>	444.948,00	444.948,00	46.158.617,54	45.713.669,54	10373,94%
Receitas Tributárias		-	-	43.858.807,44	43.858.807,44	-
Receita Patrimonial		-	-	1.987.239,83	1.987.239,83	-
Receitas de Serviços		16.342,00	16.342,00	103.059,75	86.717,75	630,64%
Outras Receitas Correntes		428.606,00	428.606,00	209.510,52	-219.095,48	48,88%
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		444.948,00	444.948,00	46.158.617,54	45.713.669,54	10373,94%
DÉFICIT	<u>12</u>	-	-	2.057.247.778,04	2.057.247.778,04	-
TOTAL		444.948,00	444.948,00	2.103.406.395,58	2.102.961.447,58	472730,83%
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS			9.023.896,00		-9.023.896,00	
Superavit Financeiro			9.515.368,00			
Créditos Cancelados			-491.472,00			

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

ESPECIFICAÇÃO	NE	Dotação Inicial (E) (R\$)	Dotação Atualizada (F) (R\$)	Despesas Empenhadas (G) (R\$)	Despesa Liquidadas (H) (R\$)	Despesas Pagas (I) (R\$)	Saldo da Dotação (J = F - G) (R\$)
DESPESAS CORRENTES		1.983.634.571,00	2.007.658.467,00	2.057.117.852,96	1.873.504.837,90	1.833.641.815,35	-49.459.385,96
Pessoal e Encargos Sociais		1.438.836.003,00	1.438.836.003,00	1.526.955.166,33	1.446.705.319,99	1.413.643.061,40	-88.119.163,33
Outras Despesas Correntes		544.798.568,00	568.822.464,00	530.162.686,63	426.799.517,91	419.998.753,95	38.659.777,37
DESPESAS DE CAPITAL		121.083.926,00	106.083.926,00	46.288.542,62	37.151.048,50	36.951.111,73	59.795.383,38
Investimentos		121.083.926,00	106.083.926,00	46.288.542,62	37.151.048,50	36.951.111,73	59.795.383,38
TOTAL	<u>12</u>	2.104.718.497,00	2.113.742.393,00	2.103.406.395,58	1.910.655.886,40	1.870.592.927,08	10.335.997,42

DA EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

ESPECIFICAÇÃO	NE	Inscritos Exercícios Anteriores (A) (R\$)	Inscritos 31/12/23 (B) (R\$)	Liquidados (C) (R\$)	Pagos (D) (R\$)	Cancelados (E) (R\$)	Saldo (F=A+B-D-E) (R\$)
DESPEAS CORRENTES		5.106.308,84	45.715.876,89	40.867.378,53	40.315.086,14	3.822.999,99	6.684.099,60
Outras Despesas Correntes		5.106.308,84	45.715.876,89	40.867.378,53	40.315.086,14	3.822.999,99	6.684.099,60
DESPEAS DE CAPITAL		356.828,03	79.834.514,35	78.914.067,08	78.914.067,08	920.447,27	356.828,03
Investimentos		356.828,03	79.834.514,35	78.914.067,08	78.914.067,08	920.447,27	356.828,03
TOTAL	<u>12</u>	5.463.136,87	125.550.391,24	119.781.445,61	119.229.153,22	4.743.447,26	7.040.927,63

DA EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

ESPECIFICAÇÃO	NE	Inscritos Exercícios Anteriores (A) (R\$)	Inscritos 31/12/23 (B) (R\$)	Pagos (C) (R\$)	Cancelados (D) (R\$)	Saldo (E = A+B-C-D) (R\$)
DESPEAS CORRENTES		81.609.490,10	30.242.261,91	55.696.148,21	1.360,04	56.154.243,76
Pessoal e Encargos Sociais		-	25.430.806,19	25.422.492,76	1.360,04	6.953,39
Outras Despesas Correntes		81.609.490,10	4.811.455,72	30.273.655,45	-	56.147.290,37
DESPEAS DE CAPITAL		80.774,79	77.330,54	77.330,54	-	80.774,79
Investimentos		80.774,79	77.330,54	77.330,54	-	80.774,79
TOTAL	<u>12</u>	81.690.264,89	30.319.592,45	55.773.478,75	1.360,04	56.235.018,55

BALANÇO FINANCEIRO (BF)

DOS INGRESSOS

ESPECIFICAÇÃO	NE	30/11/2024 (R\$)	30/11/2023 (R\$)
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS		46.158.617,54	36.126.487,57
Vinculadas		58.284.948,11	36.241.707,21
Previdência Social (RPPS)		-	-
Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		58.284.790,60	36.241.707,21
Recursos Não Classificados		157,51	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-12.126.330,57	-115.219,64
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		2.280.568.471,55	2.372.208.180,89
Resultantes da Execução Orçamentária		2.274.224.817,16	2.371.894.608,63
Cota Recebida		2.260.567.515,79	2.365.698.255,32
Repasse Recebido		10.160.011,79	5.247.495,17
Sub-repasse Recebido		13.662,00	7.986,00
Sub-repasse Devolvido		3.483.627,58	940.872,14
Independentes da Execução Orçamentária		6.343.654,39	313.572,26
Transferências Rec. p/ Pagamento de RP		1.679,00	66,70
Demais Transferências Recebidas		171.546,76	149.560,26
Movimentação de Saldos Patrimoniais		6.170.428,63	163.945,30
RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	<u>13</u>	296.237.910,28	238.517.379,01
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		40.062.959,32	33.562.898,51
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		192.750.509,18	185.558.074,11
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		37.637.393,90	1.549.250,27
Outros Recebimentos Extraorçamentários		25.787.047,88	17.847.156,12
Ordens Bancárias não Sacadas – Cartão de Pag.		3.054,26	-
Restituições a Pagar		594,28	894,79
Arrecadação de Outra Unidade		25.783.399,34	17.846.261,33
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR		466.696.622,58	477.541.062,82
Caixa e Equivalentes de Caixa		466.696.622,58	477.541.062,82
TOTAL		3.089.661.621,95	3.124.393.110,29

DOS DISPÊNDIOS

ESPECIFICAÇÃO	NE	30/11/2024 (R\$)	30/11/2023 (R\$)
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS		2.103.406.395,58	2.204.234.529,14
Ordinárias		1.602.145.530,01	1.744.072.338,16
Vinculadas		501.260.865,57	460.162.190,98
Seguridade Social (Exceto Previdência)		159.777.861,87	72.755.265,95
Previdência Social (RPPS)		288.810.773,66	342.535.547,00
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		52.672.230,04	44.871.378,03
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	<u>11</u>	188.467.442,97	209.447.618,62
Resultantes da Execução Orçamentária	<u>11</u>	112.202.373,97	155.357.578,83
Repasso Concedido	<u>13</u>	2.709.326,83	1.756.602,77
Sub-repasso Concedido		19.069.670,00	13.938.419,00
Cota Devolvida		90.423.377,14	139.662.557,06
Independentes da Execução Orçamentária		76.265.069,00	54.090.039,79
Transferências Concedidas para Pagamento de RP		70.782,03	-
Demais Transferências Concedidas		2.672,88	1.459,52
Movimento de Saldos Patrimoniais		76.191.614,09	54.088.580,27
DESPESAS EXTRAORÇAMENTÁRIAS		180.793.259,70	58.170.059,65
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	<u>12</u>	55.773.478,75	16.364.980,07
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	<u>12</u>	119.229.153,22	35.527.170,18
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	<u>01</u>	763.481,16	1.263.204,88
Outros Pagamentos Extraorçamentários		5.027.146,57	5.014.704,52
SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	<u>13</u>	616.994.523,70	652.540.902,88
Caixa e Equivalentes de Caixa		616.994.523,70	652.540.902,88
TOTAL		3.089.661.621,95	3.124.393.110,29

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC)

	NE	30/11/2024 (R\$)	30/11/2023 (R\$)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		266.240.410,47	197.257.461,88
INGRESSOS	13	2.390.148.476,61	2.427.731.074,85
Receita Tributária		43.858.807,44	35.637.007,69
Receita Patrimonial		1.987.239,83	180.550,18
Receita de Serviços		103.059,75	16.559,28
Outras Receitas Derivadas e Originárias		209.510,52	292.370,42
Outros Ingressos das Operações		2.343.989.859,07	2.391.604.587,28
Ingressos Extraorçamentários		37.637.393,90	1.549.250,27
Restituições a Pagar		594,28	894,79
Transferências Financeiras Recebidas		2.280.568.471,55	2.372.208.180,89
Arrecadação de Outra Unidade		25.783.399,34	17.846.261,33
DESEMBOLSOS		-2.123.908.066,14	-2.230.473.612,97
Pessoal e Demais Despesas		-1.795.063.938,69	-1.889.380.855,60
Judiciário		-1.141.040.908,54	-997.693.099,09
Essencial à Justiça		-4.267,75	-
Administração		-4.017,75	-
Previdência Social		-432.678.343,08	-400.547.532,28
Encargos Especiais		-221.339.455,83	-491.140.224,23
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas – Cartão de Pagamento		3.054,26	-
Transferências Concedidas		-134.586.056,75	-125.367.229,35
Intragovernamentais		-134.581.112,44	-125.367.229,35
Outras Transferências Concedidas		-4.944,31	-
Outros Desembolsos das Operações	<u>11</u>	-194.258.070,70	-215.725.528,02
Dispêndios Extraorçamentários		-763.481,16	-1.263.204,88
Transferências Financeiras Concedidas		-188.467.442,97	-209.447.618,62
Demais Pagamentos		-5.027.146,57	-5.014.704,52
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		-115.942.509,35	-22.257.621,82
DESEMBOLSOS		-115.942.509,35	-22.257.621,82
Aquisição de Ativo Não Circulante		-93.510.084,33	-14.356.934,69
Outros Desembolsos de Investimentos	<u>04</u>	-22.432.425,02	-7.900.687,13
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		150.297.901,12	174.999.840,06
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		466.696.622,58	477.541.062,82
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		616.994.523,70	652.540.902,88

Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis do Superior Tribunal de Justiça são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF). São baseadas, também, no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e no Manual SIAFI, editados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN/MF). Dessa forma, as demonstrações são compostas por: Balanço Patrimonial (BP), Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), Balanço Orçamentário (BO), Balanço Financeiro (BF) e Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC). Essas demonstrações contábeis são acompanhadas pelas notas explicativas.

O objetivo principal das Demonstrações Contábeis é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a gestão do patrimônio do STJ e contribuir na prestação de contas da gestão econômico-financeira realizada no período a que se referem. Nas demonstrações contábeis, os diversos usuários podem encontrar informações sobre a posição e as mutações do patrimônio público, o desempenho econômico-financeiro, a execução orçamentária, os fluxos de caixa e outras informações que auxiliem na avaliação da gestão econômico-financeira desta Corte.

Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

MOEDA FUNCIONAL E SALDOS EM MOEDAS ESTRANGEIRAS

A moeda funcional utilizada é o Real, tendo em vista o disposto no item 5, alínea “a”, da ITG 2000 (R1) – Escrituração Contábil, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade por meio da Resolução CFC nº 1.330/2011, combinado com o art. 5º da Lei nº 9.069/1995.

CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Incluem dinheiro em caixa, conta única e demais depósitos bancários. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. A conta única, derivada do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto 93.872/1986), é mantida no Banco Central (BACEN) e acolhe todas as disponibilidades financeiras da União.

CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO

Compreendem outros direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com adiantamentos de pessoal e suprimentos de fundos, créditos por dano ao patrimônio e decorrentes de folha de pagamento e créditos a receber por cessão de pessoal. Os créditos relacionados com os danos ao patrimônio são mensurados e avaliados pelo valor original. Suas atualizações monetárias e incidências de juros de mora são calculadas por meio do aplicativo ‘Sistema de Débito’, disponibilizado no sítio web do Tribunal de Contas da União (TCU).

TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA (TED)

Até o exercício de 2018, os lançamentos relativos aos TEDs eram contabilizados apenas em contas de controle. A partir de janeiro de 2019, passou-se a utilizar também a conta de Adiantamentos, sendo seu saldo gerado por lançamento contábil automático da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). No Balanço Patrimonial, os registros dos TEDs constam da conta Demais Créditos e Valores a Curto Prazo.

ESTOQUES

Os estoques são avaliados e mensurados nas entradas pelo valor de aquisição ou produção/construção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado.

VPD PAGAS ANTECIPADAMENTE

Compreendem pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) antecipadas, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão no curto prazo. A base de mensuração é o custo histórico.

ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Compreendem os direitos de longo prazo relacionados com créditos a receber decorrentes de folha de pagamento e danos ao patrimônio, sendo sua atualização monetária e a incidência de juros de mora calculadas pelo ‘Sistema de Débito’ do sítio web do Tribunal de Contas da União. Compreende ainda os ajustes para perdas com créditos a longo prazo.

Os valores são mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações monetárias, juros e encargos moratórios, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações. É registrado, também, o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

IMOBILIZADO

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. A atualização dos valores históricos dos bens imóveis será realizada nas situações descritas no Art. 6º Instrução Normativa STJ/GDG n. 20 de 12 de julho de 2024:

- I - quando aplicadas obras ou reformas, a título de benfeitoria, em valor percentual igual ou superior a vinte por cento do valor líquido contábil do imóvel;
- II - quando houver alteração de área construída ou tipologia do imóvel, independentemente do valor investido;
- III - quando for comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoraonamento, desabamento, arruinamento, entre outros;
- IV - quando a data do último valor justo cadastrado no Sistema Corporativo da Secretaria de Patrimônio da União for igual ou superior a cinco anos.

Os gastos posteriores à aquisição, à construção ou à produção são incorporados ao valor do imobilizado, desde que aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles serão reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

INTANGÍVEL

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção das atividades jurisdicionadas do STJ ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

AVALIAÇÃO DE BENS (REAVALIAÇÃO E REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL)

Os procedimentos para registro da avaliação (reavaliação e redução a valor recuperável) no Superior Tribunal de Justiça têm como base legal a Lei nº 4.320/1964, NBC TSP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. A metodologia de avaliação dessa indicação de redução ao valor recuperável e reavaliação, bem como a mensuração do valor, seguem as orientações do MCASP (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais) e estão descritas detalhadamente na [Instrução Normativa STJ/GDG n. 20 de 12 de julho de 2024](#).

Conforme Anexo II da referida IN, a metodologia de cálculo para avaliação de bens é:

$$BA = VCLM * EC$$

$$VCLM = VM - CDE$$

Onde: BA (Bem Avaliado), EC (Estado de Conservação), VCLM (Valor Líquido Contábil de Mercado), VM (Valor de Mercado) e CDE (Cotas de Depreciação Equivalente)

DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO DOS BENS MÓVEIS E INTANGÍVEIS

A base de cálculo para a depreciação e amortização de bens móveis e intangíveis é o custo do ativo, que compreende todos os custos diretos e indiretos. O método de cálculo utilizado é o das quotas constantes.

Para os bens móveis, como regra geral, a depreciação será iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte ao da data de colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se o registro, em caráter de exceção, do cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

Utiliza-se ainda a tabela constante no Manual SIAFI, Macrofunção 020330 - Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações que dispõe sobre a vida útil e o valor residual dos bens móveis.

Para os bens intangíveis com vida útil definida, a amortização é iniciada a partir do momento em que o ativo está disponível para uso.

A metodologia de cálculo para depreciação e amortização, constante na [Instrução Normativa STJ/GDG n. 20 de 12 de julho de 2024](#), Anexo II é:

Depreciação

$$VD = (CB-VR)/PVU$$

Onde: VD (Valor de Depreciação), CB (Custo do Bem), VR (Valor Residual) e PVU (Período de Vida Útil)

Amortização

CMA = CS / PVU

Onde: CMA (Custo Mensal de Amortização), CS (Custo do Software) e PVU (Período de Vida Útil)

DEPRECIÇÃO DE BENS IMÓVEIS CADASTRADOS NO SPIUnet

A depreciação dos bens imóveis cadastrados no SPIUnet é apurada, mensal e automaticamente, pelo sistema SPIUnet. A depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle (art 11º da Portaria Conjunta STN/SPU nº 10, de 07/07/2023).

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU), segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor. O valor residual é estabelecido pela STN e comunicado à SPU.

PASSIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

As obrigações do STJ são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das Variações Monetárias e Cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais, fornecedores e contas a pagar, provisões e demais obrigações.

Por orientação da Secretaria do Tesouro Nacional c/c o Acórdão TCU 1.331/2019, registraram-se contabilmente as obrigações de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor (RPV) nos passivos dos órgãos devedores originários sensibilizando nesta Corte apenas contas de controle, metodologia aplicada conforme Nota Técnica SPO/CJF 001/2023.

PROVISÕES DE CURTO PRAZO

As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e o seu valor puder ser estimado com suficiente segurança sendo constituídas no STJ especialmente para alcançar determinadas despesas inscritas em Restos a Pagar não Processados (RPNP).

DEMAIS RESERVAS

A constituição de saldos no grupo Demais Reservas ocorreu em atendimento à Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – NBC TSP 07, a qual orientou a STN transferir saldos da conta Variação Patrimonial Aumentativa – VPA, relativas às reavaliações de bens imóveis, das Demonstrações de Variações Patrimoniais (DVP) para a conta contábil Reservas de Reavaliação do Patrimônio Líquido (PL).

APURAÇÃO DO RESULTADO

Na contabilidade desta Corte são apurados os seguintes resultados: Patrimonial; Orçamentário; Financeiro.

• RESULTADO PATRIMONIAL

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos ou potencial de serviços fluirão para a União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos ou no potencial de serviços para a União, implicando saída de recursos, redução de ativos ou assunção de passivos.

A apuração do resultado patrimonial do exercício se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta “Superávit/Déficit do Exercício”. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), na qual também é evidenciado o resultado patrimonial do exercício, conforme prescreve o art. 104 da Lei nº 4.320/1964.

• RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

O registro da receita orçamentária ocorre no momento da arrecadação, conforme art. 35 da Lei nº 4.320/1964, e decorre do enfoque orçamentário dessa Lei, tendo por objetivo evitar que a execução das despesas orçamentárias ultrapasse a arrecadação efetiva. Vale destacar que, segundo o mesmo artigo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas, o que representa a adoção do regime de caixa para o ingresso das receitas públicas.

A contabilização da receita orçamentária, decorrente da arrecadação tributária, ocorre por meio de registros automáticos com impacto a crédito nas contas de Variação Patrimonial Aumentativa e a débito na conta de Caixa e Equivalente de Caixa. Essa arrecadação é evidenciada no

Balanço Orçamentário (BO) pela realização da receita; e nas Demonstrações das Variações Patrimoniais (DVP).

Por outro lado, há ocorrência também de registros de Variação Patrimonial Aumentativa (VPA) no momento do lançamento do tributo, pois é por esse procedimento que se verifica a ocorrência do fato gerador do crédito tributário correspondente quando se determina a matéria tributável, o cálculo do montante do tributo devido e a identificação do sujeito passivo. Nesse caso, representa, de fato, o registro por competência.

O montante dos Impostos, Taxas e Contribuições apurados nas Demonstrações das Variações Patrimoniais (DVP) decorre de registro do ingresso da arrecadação tributária e de registro dos créditos tributários a receber. Já o somatório das Receitas Tributárias e das Receitas de Contribuições, evidenciadas no Balanço Orçamentário, é decorrente da arrecadação dos tributos pelo ingresso do recurso na Conta Única do Tesouro Nacional (CUTN).

TABELA 1 – REGIME DE CAIXA X REGIME DE COMPETÊNCIA

REGIMES DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO					
REGIME ORÇAMENTÁRIO			REGIME CONTÁBIL (PATRIMONIAL)		
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	ARRECADACÃO	ART. 35 DA LEI Nº 4.320/1967 ¹	VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	COMPETÊNCIA	NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL, DE 2016

- RESULTADO FINANCEIRO**

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios (orçamentários e extraorçamentários) que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União. No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de unidade de tesouraria ou de caixa, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

¹ Art. 35. Pertencem ao exercício financeiro: I - as receitas nele arrecadadas; II - as despesas nele legalmente empenhadas.

Notas Explicativas

NOTA EXPLICATIVA 1 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Compreende o somatório dos valores disponíveis nas Contas ‘Demais Contas – Caixa Econômica Federal (CEF)’ e ‘Limite de Saque Com Vinculação de Pagamento’.

A primeira rubrica registra as cauções recebidas, enquadradas como depósitos restituíveis, ou seja, são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias.

Já a segunda conta indica os recursos financeiros disponíveis para o STJ e estão discriminados por fontes no ‘Anexo I’. As fontes 1000, 1001 1027, 1050 e 1444 equivalem a cerca de 99,27% das disponibilidades financeiras atuais, sendo mantidas com recursos ordinários do Tesouro Nacional – Exercício Corrente – para aplicação nas atividades jurisdicionais do Tribunal, sem contrapartida.

NOTA EXPLICATIVA 2 – DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO/LONGO PRAZO

Correspondem aos créditos de direito em desfavor de terceiros por danos ao patrimônio do STJ e/ou acertos em folha de pagamento de pessoal. São monitorados, ainda, os créditos a receber por cessão de pessoal a outros órgãos e os adiantamentos relativos aos Termos Execução Descentralizada (TEDs).

Os Créditos a Receber a Curto Prazo e a Longo Prazo estão distribuídos conforme a tabela apresentada a seguir, estando os TEDs detalhados no ‘Anexo VI’.

TABELA 2 – CRÉDITOS A RECEBER

CONTAS	30/11/2024 (R\$)	31/12/2023 (R\$)	AH
CURTO PRAZO			
Adiantamentos Concedidos a Pessoal	10.010.304,64	12.101.465,27	-17,28%
Adiantamento Concedido – Suprimento de Fundos	89.500,51	0,00	100,00%
Créditos a Receber por Danos ao Patrimônio – Folha de Pagamento	189.649,97	28.045,52	576,22%
Valores a rec. por devolução desp. estornadas - CP	(229,60)	29.594,13	-100,78%
Créditos a Receber por Cessão de Pessoal	155.335,16	114.591,35	35,56%
Adiantamento – Termo de Execução Descentralizada	62.961.528,03	62.363.538,12	0,96%
LONGO PRAZO			
Adiantamentos a prestadores de serviços - LP	12.873,00	12.873,00	0,00%
Créditos a Receber por Danos ao Patrimônio – Folha de Pagamento	540.549,95	546.267,91	-1,05%
Créditos a Receber por Dolo, Má-fé ou Fraude – LP	8.391.694,65	8.391.694,65	0,00%
Créditos a Receber por Danos ao Patrimônio – Terceiros	95.460,23	95.460,23	0,00%
Ajuste por Eventuais Perdas de Créditos Administrativos	(649.303,56)	505.904,18	28,35%
TOTAL	81.797.362,98	83.177.626,00	-1,66%

“Adiantamento Concedido – Suprimento de Fundos” – Grande variação observada neste item corresponde ao saldo atual de valores concedidos a servidores autorizados para aquisições de pequeno vulto cuja urgência desobriga a regular execução da despesa pública nos termos dos Artigos 60 a 65 da Lei 4320/1964, destacando-se os supridos de CPF 00X.XXX.X51-44 (R\$ 17.658,59), 57X.XXX.X51-72 (R\$ 20.000,00) 30X.XXX.X41-87 (R\$ 14.662,17) e 27X.XXX.X21-20 (R\$ 28.000,00). Convém salientar que o saldo deste item está zerado no final de dezembro do exercício anterior por

ser proibida a inscrição em restos a pagar de empenhos de suprimento de fundos, nos termos do item 3.3 da Macrofunção STN 020317.

“Valores a Receber por devolução Despesas estornadas – Curto Prazo” - Refere-se a despesas estornadas para ajuste de valor, de empenho, de dados do credor, entre outros. O saldo de R\$ 29.594,13 estava pendente de ajuste desde o fim do exercício passado, sendo corrigido no mês de outubro deste exercício. Convém destacar que o valor negativo de R\$ 229,60 (saldo invertido) foi ajustado em dezembro deste exercício sem lançamento retroativo a novembro.

“Crédito a Receber por Danos ao Patrimônio – Folha de Pagamento – Curto Prazo” – Créditos a receber oriundos de acertos em folha de pagamento e os decorrentes de prejuízos causados por terceiros sendo os saldos nesta conta referem-se a créditos devidos por um período inferior a 12 meses. Convém salientar que ao final do exercício os valores registrados como ‘curto prazo’ são transferidos para conta respectiva de ‘longo prazo’, o que explica a grande variação observada na comparação entre dezembro de 2023 e novembro do exercício atual.

“Crédito a Receber por Danos ao Patrimônio Folha de Pagamento/Terceiros – Longo Prazo” – Créditos a receber oriundos de acertos em folha de pagamento e os decorrentes de prejuízos causados por terceiros, nesta conta os saldos são devidos por um período superior a 12 meses.

“Crédito a Receber por dolo, má-fe ou fraude – Longo Prazo” – Devido pelo CPF 83x.xxx.x77-20, em decorrência de recebimento indevido, no período de 13/10/1999 a 31/05/2016, de aposentadoria de servidora falecida em 13/10/1999.

“Ajustes para Eventuais Perdas de Créditos Administrativos” – O saldo em 30/11/2024 é de R\$ 649.303,56, esclarecendo que os percentuais por perdas ou inscrição em dívida ativa no âmbito da União nos exercícios de 2021, 2022 e 2023 foram, respectivamente, 3,23%, 21,46% e 31,745%, conforme memória de cálculo a seguir:

TABELA 3 – AJUSTE PARA PERDAS DE CRÉDITOS ADMINISTRATIVOS

MEMÓRIA DE CÁLCULO			
	2021 (R\$)	2022 (R\$)	2023 (R\$)
Créditos Adm. Danos ao Patrimônio Acumulados no Ano (A)	822.775,81	1.039.268,99	981.284,17
Baixas Diversas* (B)	26.572,16	223.049,01	311.510,51
% de Baixas Diversas (C) = (B) / (A)*	3,23%	21,46%	31,745%
Créditos Adm. – Baixas Diversas (D) = (A) – (B)	796.203,65	816.219,98	669.773,66
Créditos Administrativos Recebidos (E)	-	2.574,56	-
% recebido = (E) / (D)	0,00%	0,315%	0,00%
SALDO FINAL DO EXERCÍCIO	796.203,65	813.645,42	669.773,66

* Baixas por prescrição ou inscrição em dívida ativa no âmbito da União.

NOTA EXPLICATIVA 3 – ESTOQUES

O Relatório de Movimentação de Almojarifado (RMA) discrimina as categorias de bens de consumo no almojarifado do STJ, conforme Anexo II, destacando-se os seguintes pontos:

- Saldo Atual: R\$ 7.272.138,09;
- Entradas: R\$ 15.339.418,90;

- Saídas (baixa por consumo): R\$ 15.825.701,65;
- Variação negativa de 6,27% entre o saldo final de 2023 e o final de novembro de 2024 se justifica, entre outros fatores, principalmente pelas seguintes variações:
(68,65%) – Material de Processamento de Dados.
(6,92%) - Material para Comunicações.
(1,66%) – Material Bibliográfico.

NOTA EXPLICATIVA 4 – IMOBILIZADO

O saldo atual do grupo imobilizado é de R\$ 564.312.511,02, sendo o mesmo subdividido em bens móveis e bens imóveis, conforme tabela a seguir:

TABELA 4 – IMOBILIZADOS (MÓVEIS X IMÓVEIS)

IMOBILIZADO			
	30/11/2024 (R\$)	31/12/2023 (R\$)	AH (%)
BENS MÓVEIS (V = I - II)	151.907.227,22	66.243.902,55	129,315
Valor Bruto Contábil (I)	195.978.570,50	113.525.927,11	72,629
Depreciação (II)	-44.071.343,28	-47.282.024,56	-6,79
BENS IMÓVEIS (VI = III - IV)	412.405.283,80	402.661.793,25	2,42
Valor Bruto Contábil (III)	412.424.411,09	402.718.320,07	2,41
Depreciação (IV)	-19.127,29	-56.526,82	-66,16
TOTAL LÍQUIDO (VIII = V + VI)	564.312.511,02	468.905.695,80	20,347

• BENS MÓVEIS

O saldo dos bens móveis desta Corte, em 30/11/2024, está detalhado no Anexo III - Relatório de Movimentação de Bens Móveis (RMB), destacando:

- Saldo atual: R\$ 192.529.100,83;
- Entradas orçamentárias e extraorçamentárias e/ou reavaliações: R\$ 110.649.125,10;
- Doações, baixas por depreciação e redução a valor recuperável: R\$ 28.138.204,15.

Comparando o saldo atual de bens móveis apresentado no Anexo III com o respectivo montante na conta SIAFI (R\$ 195.978.570,50), verifica-se uma diferença de R\$ 3.449.469,67, justificada pelo fato de que a classe de bens Material de Uso Duradouro consta do grupo de Bens Móveis no SIAFI, e no grupo material de consumo no sistema administrativo interno de controle patrimonial, ora denominado Administra.

A variação positiva de R\$ 82.510.920,95 observada no Anexo III entre o saldo final do RMB em 2023 e saldo no fim do mês de novembro de 2024 se deve, em sua maioria, a aquisição de:

Computadores - R\$ 34.028.773,88;

Servidores (Storage) – 32.055.773,00; e

Ativos de Rede – R\$ 24.125.994,76.

- **AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS**

Em atenção à instrução Normativa STJ/GP nº 20 de 22 de novembro de 2019, às Macrofunções SIAFI n. 020330, 020335, 020343, 020344 e 020345, ao Manual de Contabilidade Pública Aplicado ao Setor Público – MACASP e às Normas Brasileiras de Contabilidade Pública NBC TSP 07 e 08 de setembro de 2017, procedeu-se, neste exercício, à avaliação dos bens móveis desta Corte com os seguintes impactos contábeis:

Conta Contábil	Saldo (R\$)
361110100 – Reavaliação de Bens Móveis	(2.215.732,11)
236110300 – Reavaliação de Bens Móveis	16.806.564,35
TOTAL	14.590.832,24

* Na Reavaliação o valor do bem é aumentado ao preço praticado no mercado. Na Redução a Valor Recuperável ocorre o oposto, o valor do bem é diminuído para se adequar ao praticado no mercado.

- **BENS IMÓVEIS**

No encerramento de 2023, os ‘Bens Imóveis de Uso Especial’ registrados no sistema SPIUnet se referem aos imóveis sob gerência do Tribunal, estando todos localizados em Brasília e discriminados no Anexo V – Bens Imóveis. Quanto ao valor de depreciação acumulada, destaca-se que a mesma foi ajustada, com valores mais relevantes, nos meses de abril, junho e agosto deste exercício.

Seu saldo atual, deduzido da depreciação acumulada de R\$ 19.127,29, é de R\$ 412.405.283,80.

- **AVALIAÇÃO BENS IMÓVEIS**

Os imóveis deste grupo foram atualizados em 05/02/2024 ao percentual de 3,62% com base na Lei GDF nº 7.368, de 26/12/2023 (IPTU), publicada no DODF Nº. 241-B, de 27/12/2023.

- **BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO**

Estes ativos representam reformas e/ou melhorias em bens imóveis que ainda não foram concluídos. Na conta “Instalações” consta o saldo de R\$ 3.211.411,09. Convém salientar que o saldo de R\$ 303.322,80 da conta “Obras em Andamento” foi baixado no mês de julho deste exercício em virtude da conclusão da obra no imóvel residencial respectivo.

NOTA EXPLICATIVA 5 – INTANGÍVEIS (SOFTWARES)

Representa softwares adquiridos e/ou desenvolvidos pelo Tribunal com saldo registrado no Balanço Patrimonial de R\$ 60.038.837,08 já deduzido da amortização acumulada do período no valor de R\$ 1.989.312,26. Comparando o saldo atual deste grupo com aquele do encerramento de 2023, constata-se aumento aproximado de 37,27% nesse grupo do Ativo.

TABELA 5 – INTANGÍVEIS

BENS INTANGÍVEIS			
ESPECIFICAÇÃO	2024 (R\$)	2023 (R\$)	AH (%)
Software com Vida Útil Definida	2.165.269,13	2.165.269,13	0,00
(-) Amortização Acumulada	(1.989.312,26)	(1.411.940,11)	40,892
Subtotal – Software com Vida Útil Definida	175.956,87	753.329,02	-76,643
Software com Vida Útil Indefinida	59.862.880,21	42.983.065,17	39,271
Subtotal – Software com Vida Útil Indefinida	59.862.880,21	42.983.065,17	39,271
TOTAL	60.038.837,08	43.736.394,19	37,274

NOTA EXPLICATIVA 6 – PASSIVO CIRCULANTE

- OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E ASSISTENCIAIS – CURTO PRAZO

Esse grupo contábil é subdividido em férias a pagar (R\$ 33.956.800,18), salários, remunerações e benefícios a pagar (R\$ 42.688.142,79), benefícios previdenciários a pagar (R\$ 26.253,63) e encargos sociais a pagar (R\$ 1.296.981,63). Convém destacar que o aumento significativo no mês de novembro ora em análise nas contas ‘salários, remunerações e benefícios a pagar’ e ‘encargos sociais a pagar’ se deve a reforço de empenhos relativos a despesas de exercício anterior (DEA), com obrigatória indicação de conta de passivo.

- FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR – CURTO PRAZO

A variação observada se deve, em sua maioria, à emissão de empenhos com indicação de passivo anterior para cobrir despesas de exercício anterior com assistência à saúde dos servidores do STJ.

- PROVISÕES A CURTO PRAZO

No encerramento de 2023, foram constituídas provisões no montante de R\$ 25.948.306,79 com a finalidade de sensibilizar VPDs de empenhos inscritos em RPNP relativos a despesas cujo fato gerador pode ter ocorrido em 2023, o que será confirmado apenas quando do conhecimento das faturas correspondentes por parte da Administração neste exercício.

Destaca-se que o mencionado valor, somado ao saldo de R\$ 5.104.625,40, remanescente de provisões constituídas em 2022, totalizou no final do exercício anterior o montante de R\$ 31.052.932,19, conforme detalhamento a seguir:

21791.05.00 – Provisão para Serviços de Terceiros - R\$ 29.030.994,19 refere-se a diversos serviços de terceiros inscritos em RPNP. A composição da conta é: a) RPNP inscrito em 2022, não pago em 2023 e reinscrito para 2024: R\$ 4.973.304,73 e b) RPNP inscrito em 2023 para pagamento em 2024: R\$ 24.057.689,46.

21791.99.00 – Outras Provisões de Curto Prazo - R\$ 2.021.938,00 refere-se a RPNP que não se enquadra nos anteriores como por exemplo obrigações patronais, obrigações tributárias contributivas, indenizações e restituições diversas, entre outras. A composição da conta é a) RPNP inscrito em 2022, não pago em 2023 e reinscrito para 2024: R\$ 131.261,60 e b) RPNP inscrito em 2023 para pagamento em 2024: R\$ 1.890.676,40.

No encerramento de novembro deste exercício, observa-se os seguintes saldos:

21791.05.00: R\$ 6.329.713,53;

21791.99.00: R\$ 973.021,99.

- **DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO - PRECATÓRIOS DE TERCEIROS**

Compõe o referido grupo contábil a conta Precatórios de Terceiros, no montante de R\$ 53.498.177,52, discriminados conforme tabela abaixo:

TABELA 6 – CONTA PRECATÓRIOS DE TERCEIROS

PRECATÓRIOS DE TERCEIROS		2024 (R\$)
Precatórios Inscritos em Restos a Pagar Processados devido a sobrestamento judicial e ainda pendentes de deliberação.		48.235.069,26
Precatórios relacionados com a LOA 2021 pendentes de pagamento.		5.263.108,26
TOTAL		53.498.177,52

Para os compromissos com passivos judiciais (Precatórios e RPVs) com previsão de pagamento em 2024, informa-se que os saldos atuais registrados nas contas de controle desta Corte, após atualização monetária efetuada mensalmente, descontado dos valores pagos até a presente data e com reflexo em contas de passivos dos órgãos devedores originais, são os seguintes:

89991.04.04 (Precatórios a Pagar – Poder Judiciário) – R\$ 250.509.688,00;

89991.04.06 (RPVs a Pagar – Poder Judiciário) - R\$ 65.363.242,50; e

89991.04.08 (PSSS Patronal a Recolher – Poder Judiciário) – R\$ 8.545.759,51.

Consta do Anexo VII a relação de passivos de precatórios do período entre 03/04/2023 a 31/12/2023 (janela) e aqueles em decorrência da LOA 2024, ambos registrados no SIAFI em 31/12/2023. Destaca-se que o saldo remanescente dos passivos da janela, no valor total de R\$ 88.392.518,66, foi baixado no presente mês devido sua inclusão no PLOA 2025.

O registro de R\$ 250.509.688,00 na conta SIAFI 89991.04.04 – Precatórios a Pagar – Poder Judiciário refere-se a passivos judiciais indicados na LOA 2025, registrados no exercício corrente para pagamento no exercício seguinte.

NOTA EXPLICATIVA 7 – PROVISÕES DE LONGO PRAZO E DEMAIS RESERVAS

- **PROVISÕES DE LONGO PRAZO**

O sado neste grupo se refere a despesas de pessoal cujos procedimentos administrativos internos para liquidação não foram concluídos, sendo constituídas provisões no total de R\$ 33.542,35, sendo R\$ 13.579,23 imputados ao CPF 54x.xxx.x87-15, e R\$ 19.963,12 ao CPF 66x.xxx.x09-10.

- **DEMAIS RESERVAS**

É constituída pelas reavaliações dos bens intangíveis, dos bens móveis e dos bens imóveis. As variações significativas destes dois últimos grupos foram explicadas na Nota 04.

NOTA EXPLICATIVA 8 – SUPERÁVIT OU DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL E AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

O superávit de R\$ 283.938.734,73 indica que a soma dos passivos a pagar com os compromissos inscritos em restos a pagar, no mês de novembro de 2024, é menor que os recursos financeiros disponíveis para suas liquidações.

A diferença negativa que costuma ocorrer durante o exercício é equalizada com o recebimento gradual das cotas financeiras estabelecidas pela Lei Orçamentária Anual (LOA) vigente.

Convém salientar que parte dos passivos a pagar se referem a empenhos de DEA (Despesas de Exercícios Anteriores) que são emitidos com indicação de passivo anterior e, portanto, não afetam o superávit ou déficit apurado com base nas variações patrimoniais diminutivas ou aumentativas do exercício corrente, sendo os mesmos contabilizados diretamente no Patrimônio Líquido, na conta de ajuste de exercícios anteriores, que atualmente possui o saldo negativo acumulado de R\$ 100.066.488,54. Quanto ao aumento significativo no saldo negativo acumulado, ver explicação da 'Nota 06'.

NOTA EXPLICATIVA 9 – SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS

Refere-se às garantias colocadas à disposição do Tribunal quando da assinatura de contratos para prestação de serviços e/ou fornecimentos de bens. O saldo de R\$ 34.546.960,92 está assim distribuído:

TABELA 7 – SALDOS GARANTIAS

GARANTIAS		
	2024 (R\$)	%
Seguros-Garantia	33.912.756,98	98,1642
Fianças	633.778,97	1,8345
Cauções	424,97	0,0013
TOTAL	34.546.960,92	100

NOTA EXPLICATIVA 10 – SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS

Os atos potenciais passivos, no valor total de R\$ 444.303.277,72, estão relacionados aos a) Termos de Execução Descentralizada (TED's) e b) contratos firmados entre o Tribunal e terceiros para prestação de serviços e/ou fornecimento de bens, aquisição de seguros e locação de espaços.

Em relação aos TEDs, o saldo no fim de novembro de 2024 é de R\$ 70.839.265,46 discriminados conforme tabela abaixo. O Anexo VI apresenta maiores detalhamentos.

TABELA 8 – SALDOS DE ENCERRAMENTO

TERMOS DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA (TED's)			
	2024 (R\$)	2023 (R\$)	AH (%)
Repassados	69.228.292,72	67.169.803,92	3,0646
Repasses comprovados	6.266.764,69	4.806.265,80	30,3874
A repassar	1.442.036,93	2.684.068,94	-46,2742
Devolvido	168.935,81	-	-
Extinto	-	300.000,00	-

Já a situação dos contratos em execução no encerramento de novembro de 2024 comparado ao encerramento de 2023 é:

TABELA 9 – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS			
ESPECIFICAÇÃO	2024 (R\$)	2023 (R\$)	AH (%)
Contratos de Serviços	419.905.769,32	415.344.590,98	1,098
Contratos de Aluguel	2.072.961,22	58.976,08	3.414,91
Contratos de Fornecimento de Bens	20.817.518,23	75.983.113,32	-72,60
Seguros	64.992,02	16.849,17	285,73
TOTAL	442.861.240,79	491.403.529,55	9,878

NOTA EXPLICATIVA 11 – RESULTADO PATRIMONIAL

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) com as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos ou potencial de serviços fluirão para União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos ou potenciais de serviços para a União, implicando saída de recursos, redução de ativos ou assunção de passivos, seguindo o regime de competência.

Consta da tabela a seguir a comparação entre o Resultado Patrimonial apurado nos meses de novembro de 2023 e 2024:

TABELA 10 – RESULTADO PATRIMONIAL

	30/11/2024	30/11/2023	AH (%)
Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	2.377.577.657,57	2.476.897.424,81	-4,01%
Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	2.093.109.810,96	2.302.586.821,64	-9,10%
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III = I - II)	284.467.846,61	174.310.603,17	63,20%

Para melhor análise do resultado patrimonial, as variações patrimoniais e o desempenho financeiro foram a seguir detalhados:

TABELA 11 – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (COMPARATIVO)

	30/11/2024 (R\$)	30/11/2023 (R\$)	AH
(+) VARIAÇÕES PATR. AUMENTATIVAS (I)	2.377.577.657,57	2.476.897.424,81	-4,01%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	62.655.437,12	50.910.661,43	23,07%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	7.391.027,74	823.889,00	797,09%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	1.307,51	422,58	209,41%
Transferências e Delegações Recebidas	2.280.633.595,05	2.397.427.799,92	-4,87%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorp de Passivos	2.603.848,29	1.544.172,11	68,62%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	24.292.441,86	26.190.479,77	-7,25%
(-) VARIAÇÕES PATR. DIMINUTIVAS (II)	2.093.109.810,96	2.302.586.821,64	-9,10%
Pessoal e Encargos Sociais	908.803.199,29	853.302.582,55	6,50%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	430.002.567,80	399.733.625,40	7,57%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	341.315.097,30	283.526.146,62	20,38%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	5.978,91	18.062,72	-66,90%
Transferências e Delegações Concedidas	195.189.097,87	214.683.111,93	-9,08%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorp de Passivos	210.337.528,94	545.080.392,71	-61,41%
Tributárias	172.977,76	144.997,63	19,30%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	7.283.363,09	6.097.902,08	19,44%
RESULTADO PATRIMONIAL DAS VPA E VPD FINANCEIRAS (III = I - II)	284.467.846,61	174.310.603,17	63,20%

- **VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA (VPA)**

“Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos” – Aumento significativo neste item decorreu de arrecadação derivada de inscrições no concurso público para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva de cargos nesta Corte.

“Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos” – A variação neste item decorre de repasses antecipados a conta de diversos termos de execução descentralizada (TED), com destaque para ao repasse de R\$ 163.481,56 ao Conselho da Justiça Federal.

Ao se efetuar um repasse antecipado de TED, ocorre a contabilização de uma conta de ativo, no grupo de adiantamentos, em contrapartida de uma VPA.

- **VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA (VPD)**

Pessoal, Encargos Sociais” e “Benefícios Previdenciários e Assistenciais” - Corresponde as despesas com folha de pagamento de pessoal que representa entre 75 e 80% do orçamento aprovado na LOA de 2024, cuja variação está relacionada, entre outros, com reajuste salarial autorizado em lei.

Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos – Redução observada, na comparação entre novembro de 2023 e o mês atual, decorre em sua maioria da transferência de obrigações a pagar com débitos judiciais (precatórios e RPVs) dos órgãos de origem para este STJ que, no período ora analisado, foi maior em 2023 que em 2024.

- **RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO**

Varição positiva de 63,20% no Resultado Patrimonial do período, na comparação entre os meses de novembro de 2023 e 2024, justifica-se em sua maioria pelas variações observadas nos itens: VPD: “Transferências e Delegações Concedidas” e “Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos” às quais foram responsáveis pela maior redução do grupo devedor, aumentando, por consequência, o resultado do período.

NOTA EXPLICATIVA 12 – RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

- **DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO**

O resultado orçamentário é originado a partir do confronto entre as receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas no exercício, tendo em vista critério estabelecido pelo art. 35 da Lei nº 4.320/1964.

No encerramento de novembro de 2024, o Balanço Orçamentário mostra um déficit de R\$ 2.057.247.778,04. A situação decorre do fato de que esta Corte não é ente arrecadador de receitas, e depende, dessa forma, dos recursos arrecadados e repassados pela União no decorrer do exercício.

- **RECEITAS**

As receitas realizadas, rotineiramente, superam consideravelmente suas previsões atualizadas. Isso ocorre porque o STJ não possui autonomia para atualizar as referidas previsões, conforme se pode observar no Capítulo 7 - Estimativas de Receitas Orçamentárias no Manual Técnico do Orçamento (MTO) 2024, em sua 8ª versão publicada em agosto de 2024. A Secretaria do Tesouro Nacional - STN, após consulta desta Setorial, ratificou as referidas informações por meio da mensagem (comunica SIAFI) 2017/1518536.

- **DESPESAS CORRENTES, DE CAPITAL E JUDICIAIS**

As despesas de pessoal, correntes e judiciais (precatórios e RPs) correspondem quase a totalidade dos empenhos executados em 2024, cujo detalhamento é apresentado a seguir:

TABELA 12 – EXECUÇÃO DE DESPESAS POR ELEMENTO

ELEMENTO DE DESPESA	DESPESAS EMPENHADAS (R\$)	DESPESAS LIQUIDADAS (R\$)
Aposent. Res. Rem e reformas	377.990.901,15	362.781.628,58
Pensões	71.422.394,00	68.434.092,94
Contrib. a entidade fechada previdência	8.769.022,50	8.769.022,50
Out. Benef.assist. do serv. e do militar	8.728.329,00	7.996.723,43
Venc. e vantagens fixas - pessoal civil	723.100.238,46	696.380.313,11
Obrigações patronais	122.594.529,74	122.458.000,52
Diárias - pessoal civil	4.680.000,00	4.086.223,09
Outras despesas variáveis - pessoal civil	7.400.000,00	5.544.891,07
Material de consumo	12.060.281,06	9.291.642,25
Material, Bem ou Serviço p/ Distribuição Gratuita	2.880,00	
Passagens e despesas com locomoção	5.462.347,33	4.399.905,65
Serviços de consultoria	2.366.764,93	1.594.774,18
Outros serviços de terceiros – pessoa física	1.542.604,17	1.275.108,59
Locação de mão-de-obra	163.777.952,60	127.268.947,84
Outros serviços de terceiros PJ - op.int.orc.	114.759.628,97	91.410.074,01
Serviços de tecnologia da informação e Comunicação - PJ	93.176.849,30	54.410.669,22
Contribuições	4.944,31	4.944,31
Auxílio-alimentação	46.000.000,00	45.842.534,38
Obrigações Tributárias e contributivas	173.784,55	166.084,67
Auxílio-transporte	39.500,00	27.307,13
Equipamentos e material permanente	26.429.579,22	22.668.305,55
Pensões especiais	65.800,00	58.245,00
Sentenças judiciais	201.089.164,44	200.872.486,72
Despesas de exercícios anteriores	88.745.269,41	56.426.168,03
Indenizações e restituições	8.067.630,44	7.171.597,03
Ressarcimento despesas pessoal requisitado	14.956.000,00	11.316.196,60
Total	2.103.406.395,58	1.910.655.886,40

- DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A execução orçamentária no exercício de 2024 apresenta as seguintes informações:

1. O Orçamento aprovado no Congresso Nacional para esta Corte na LOA 2024 (Lei 14.822/2024) é de R\$ 2.104.718.497. Atualmente, com acréscimo de crédito adicional extraordinário no valor de R\$ 9.515.368,00, repassado em agosto/2024, e deduzido do crédito de R\$ 491.472,00, anulado no mês de setembro do orçamento do STJ para abertura de crédito suplementar no Supremo Tribunal Federal – STF, nos termos da Portaria Conjunta STF/STJ nº 3/2024 e considerando a TED STJ/STF nº 006/2024, este valor perfaz a monta de R\$ 2.113.742.393,00;
2. As dotações orçamentárias destinadas ao pagamento de débitos relativos a precatórios e requisições de pequeno valor, aprovadas na LOA 2024 e em créditos adicionais, são

integralmente descentralizadas pelo órgão central do Sistema de Administração Financeira Federal ao STJ, conforme comandos do art. 37 da Lei nº 14.791/2023 – LDO;

3. As movimentações externas de crédito, até o momento, são enquadradas como destaques recebidos e, em sua maioria, destinadas para pagamento de precatórios e RPVs. Já os destaques concedidos a outros órgãos geralmente são realizados para atender aos Termos de Execução Descentralizada (TED), como por exemplo custeio de imóveis funcionais do Senado cedidos aos Ministros desta Corte. Houve provisões concedidas à Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM, no valor total de R\$ 19.069.670,00;
4. Até a presente data, não houve bloqueio de créditos para contingenciamento;
5. Consta no Anexo VIII a evolução da execução orçamentária da LOA 2024 detalhada nesta Unidade Orçamentária (UO) 11101;
6. As despesas de pessoal não executadas orçamentariamente no mês de competência, tendo como base as informações constantes dos Relatórios de Gestão Fiscal trimestrais, somaram até o encerramento do mês de novembro de 2024 a monta de R\$ 1.952.749,48, registrada na conta SIAFI de Despesa com Pessoal a Executar – RGF, em atenção à Macrofunção SIAFI n. 021142, itens 8.3.2 e 8.3.2.2.

• DO RESULTADO EXTRAORÇAMENTÁRIO

No quadro “Da Execução dos Restos a Pagar não Processados”, a soma dos restos a pagar de exercícios anteriores e daqueles inscritos em 31/12/2023 totaliza R\$ 131.013.528,11, dos quais cerca de 91% foram pagos e 3,62% cancelados.

TABELA 13 – RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

Restos a Pagar não Processados de 2023	R\$ 125.550.391,24
Restos a Pagar não Processados reinscritos	R\$ 5.463.136,87
TOTAL	R\$ 131.013.528,11

No quadro “Da Execução de Restos a Pagar Processados e não Processados Liquidados”, a soma dos restos a pagar de exercícios anteriores e daqueles inscritos em 31/12/2023 totaliza R\$ 112.009.857,34, dos quais cerca de 49,79% foram pagos e 0,0012% cancelados.

TABELA 14 – RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

Restos a Pagar Processados de 2023	R\$ 30.319.592,45
Restos a Pagar Processados reinscritos	R\$ 81.690.264,89
TOTAL	R\$ 112.009.857,34

Em relação aos restos a pagar processados e não processados liquidados no presente exercício, destacamos os seguintes saldos:

- R\$ 1.835.303,61 refere-se ao empenho 2015NE000342 ainda não pago em decorrência de pendências judiciais em desfavor do CNPJ 071xxxxx/0001-96;
- R\$ 48.235.069,26 relaciona-se ao Empenho 2020NE001215, referente a sentenças judiciais de competência de 2020 que não foram pagas em virtude de pendência judicial ainda não deliberada.
- R\$ 5.263.108,26 relaciona-se ao Empenho 2021NE000934, referente a sentenças judiciais de competência de 2021 que não foram pagas em virtude de pendência judicial ainda não deliberada.

A Lei de Responsabilidade Fiscal, no art. 55, dispõe que o Relatório de Gestão Fiscal quadrimestral conterá, entre outras informações, aquelas relacionadas com o demonstrativo da disponibilidade de caixa e dos restos a pagar referente às despesas liquidadas, as empenhadas e não liquidadas, inscritas até o limite do saldo da disponibilidade de caixa. O Relatório de Gestão Fiscal desta Corte pode ser consultado no endereço <http://www.stj.jus.br/sites/portalp/Transparencia/Relatorios-de-gestao/Relatorio-de-Gestao-Fiscal-quadrimestral>.

NOTA EXPLICATIVA 13 – RESULTADO FINANCEIRO

• DO RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro é composto pelo resultado orçamentário (receitas menos despesas orçamentárias), somado ao resultado das transferências financeiras (recebidas menos concedidas) e ainda o resultado extraorçamentário (recebimentos menos pagamentos extraorçamentários, incluindo os restos a pagar).

Ao final de novembro de 2024, conforme demonstrado na tabela abaixo, o resultado financeiro foi positivo em R\$ 150.297.901,12. O aumento significativo em comparação com o saldo no encerramento de 2023 se deve principalmente à redução da despesa orçamentária e ao aumento significativo de recebimentos extraorçamentários.

TABELA 15 – RESULTADO FINANCEIRO

	30/11/2024 (R\$)	31/12/2023 (R\$)	AH (%)
Receita Orçamentária (I)	46.158.617,54	38.588.974,08	19,6161
Despesa Orçamentária (II)	2.103.406.395,58	2.731.304.933,90	-22,9889
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (III = I - II)	-2.057.247.778,04	-2.692.715.959,82	-23,5995
Transferências Financeiras Recebidas (IV)	2.280.568.471,55	2.873.056.837,32	-20,6222
Transferências Financeiras Concedidas (V)	188.467.442,97	306.522.264,51	-38,5143
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS (VI = IV - V)	2.092.101.028,58	2.566.534.572,81	-18,4854
Recebimentos Extraorçamentários (VII)	296.237.910,28	177.570.710,54	66,8281
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	180.793.259,70	59.305.252,43	204,8520
RESULTADO EXTRAORÇAMENTÁRIO (IX = VII - VIII)	115.444.650,58	118.265.458,11	-2,3851
RESULTADO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (X = III+VI+IX)	150.297.901,12	-7.915.928,90	>100

- **DOS RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS**

Os valores de R\$ 40.062.959,32 e R\$ 192.750.509,18 observados no grupo “Dos Ingressos”, subconta “Recebimentos Extraorçamentários” do Balanço Financeiro (BF), embora consignados como restos a pagar processados e restos a pagar não processados, respectivamente, dizem respeito aos empenhos emitidos por esta Corte no exercício corrente e que ainda não foram pagos. Tal informação consta neste BF tão apenas para equilibrar o saldo total entre os quadros ‘INGRESSOS’ e ‘DISPÊNDIOS’.

- **SALDO PARA EXERCÍCIO SEGUINTE (CAIXA E EQUIVALENTE CAIXA)**

O saldo de R\$ 616.994.523,70 refere-se à soma das cauções registradas a título de garantia contratual na Conta Caixa Econômica Federal e do saldo da Conta de Limite de Saque com Vinculação de Pagamento.

O montante de recursos financeiros recebidos no decorrer de 2024 corresponderá no final do exercício ao total da dotação atualizada para esta Corte, em consonância com a Lei Orçamentária Anual – LOA, incluindo os recursos referentes à soma dos empenhos inscritos em restos a pagar.

Anexos

ANEXO I - RECURSOS FINANCEIROS DISTRIBUÍDOS POR FONTES

FONTE	30/11/2024 (R\$)	AV
1000 – Recursos Livres da União	476.055.912,20	82,6745%
1001 – Recursos Livres da Seguridade Social	30.612.678,84	5,3164%
1027 – Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	11.202.119,20	1,9454%
1050 – Recursos Próprios Livres da UO	5.500.639,02	0,9553%
1052 – Recursos Livres da UO	1.118.481,17	0,1942%
1056 – Benefícios do Regime Próprio de Previdência Social	-	0,0000%
1138 – Melhoria da Prestação Jurisdicional	2.348.339,29	0,4078%
1444 – Demais. Aplic. Autor. p/ Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro, excetuados o Refinanciamento da Dívida Pública	48.235.069,26	8,3768%
1491 – Recursos Diversos	5.030,91	0,0009%
3000 – Recursos Livres da União – Exercícios Anteriores (Créditos Extraordinários)	151,25	0,0000%
3050 – Recursos Livres da União (Exercícios Anteriores)	740.800,90	0,1287%
TOTAL	575.819.222,04	100,000%

ANEXO II - RELATÓRIO DE MOVIMENTAÇÃO DE ALMOXARIFADO – RMA

MOVIMENTAÇÃO ATÉ 30/11/2024 (R\$)					
ESPECIFICAÇÃO	ENTRADAS	SAÍDAS	SALDO FINAL 11/2024	SALDO FINAL 12/2023	AH 2024/2023
Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	1.149.888,77	1.149.888,77	0,00	0,00	0,00%
Combustíveis e Lubrif. p/ Out. Finalidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Explosivos e Munições	159.669,00	159.669,00	0,00	0,00	0,00%
Gás e Outros Materiais Engarrafados	4.684,90	4.684,90	0,00	0,00	0,00%
Gêneros de Alimentação	1.273.512,44	1.273.512,44	0,00	0,00	0,00%
Material Farmacológico	140.052,95	140.052,95	0,00	0,00	0,00%
Material Odontológico	43.301,22	53.411,86	7.022,22	17.132,86	-59,01%
Material Químico	8.361,98	4.392,98	4.800,00	831,00	477,62%
Material Educativo e Esportivo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Material para Festividades e Homenagens	8.310,62	8.317,62	28,50	35,50	-19,72%
Material para Expediente	187.606,05	195.563,74	158.682,25	166.639,94	-4,78%
Material de Processamento Dados	7.643.918,71	8.025.162,51	174.136,12	555.379,92	-68,65%
Material de Acondicionamento e Embalagem	43.073,35	51.690,88	39.334,01	47.951,54	-17,97%
Material de Cama, Mesa e Banho	1.080,00	1.080,00	0,00	0,00	0,00%
Material de Copa e Cozinha	60.889,54	70.636,27	25.404,87	35.151,60	-27,73%
Material de Limpeza e Prod. de Higienização	1.142.982,22	1.123.376,23	475.173,20	455.567,21	4,30%
Uniformes, Tecidos e Aviamentos	225.247,61	225.247,61	0,00	0,00	0,00%
Material para Manutenção de Bens Imóveis	1.109.540,19	1.125.470,02	448.172,88	464.102,71	-3,43%
Material para Manutenção de Bens Móveis	273.392,29	219.698,50	172.988,97	119.295,18	45,01%
Material Elétrico e Eletrônico	235.460,03	220.236,31	1.336.701,06	1.321.477,34	1,15%
Material de Manobra e Patrulhamento	1.060,00	1.060,00	0,00	0,00	0,00%
Material de Proteção e Segurança	112.759,18	112.591,60	13.991,71	13.824,13	1,21%
Material para Áudio, Vídeo e Foto	7.639,90	7.018,58	1.238,85	617,53	100,61%
Material para Comunicações	387.687,50	452.936,57	877.391,24	942.640,31	-6,92%
Sementes, Mudas de Plantas e Insumos	31.346,24	31.346,24	0,00	0,00	0,00%
Material Hospitalar	82.443,55	108.834,30	70.103,95	96.494,70	-27,35%
Material para Manutenção de Veículos	738.137,69	738.137,69	0,00	0,00	0,00%
Material p/ Utilização em Gráfica	13.781,80	14.382,96	2.528,24	3.129,40	-19,21%
Ferramentas	9.689,31	8.665,36	9.360,83	8.336,88	12,28%
Material p/ Reabilitação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Material de Sinalização Visual e Outros	29.204,29	24.786,49	4.562,28	144,48	3057,72%
*Material Bibliográfico	196.635,19	254.912,75	3.449.469,67	*3.507.747,23	-1,66%
Material Para Divulgação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Bandeiras, Flamulas e Insígnias	15.392,18	15.392,18	0,00	0,00	0,00%
Outros Materiais de Consumo	2.670,20	3.544,34	1.047,24	1.921,38	-45,50%
TOTAL	15.339.418,90	15.825.701,65	7.272.138,09	7.758.420,84	-6,27%

* Destaca-se que o item Material Bibliográfico tem suas entradas e saídas lançadas no relatório RMA do sistema Administra, mas, no sistema SIAFI, tem seu saldo registrado na conta 12311.99.10 (Material de Uso Duradouro) pertencente ao grupo de Bens Móveis que está relacionado ao RMB.

ANEXO III - RELATÓRIO DE MOVIMENTAÇÃO DE BENS – RMB

MOVIMENTAÇÃO ATÉ 30/11/2024 (R\$)

ESPECIFICAÇÃO	ENTR/REAVAL.	SAÍDAS/BX DEPR/RED A VALOR RECUP.	SALDO FINAL 11/2024	SALDO FINAL 12/2023	AH 2024/2023
Aeronave	3.870,44	2.447,52	7.315,94	5.893,02	24,15%
Aparelhos Medição e Orientação	17.346,67	33.246,57	44.983,84	60.883,74	-26,12%
Apar e Equip. de Comunicação	1.049.643,53	3.470.586,59	2.271.736,23	4.692.679,29	-51,59%
Apar Médicos e Odontológicos	245.045,63	205.422,74	681.747,58	642.124,69	6,17%
Aparelhos Esportes e Diversão	757,78	3.128,95	8.049,49	10.420,66	-22,75%
Aparelhos Domésticos	511.856,31	562.748,42	1.054.293,77	1.105.185,88	-4,60%
Armamentos	142.258,26	55.113,30	352.182,67	265.037,71	32,88%
Col e Materiais Bibliográficos	147.190,12	0,00	956.209,60	809.019,48	18,19%
Equipamentos de Segurança	1.661.238,04	1.811.485,77	3.822.587,00	3.972.834,73	-3,78%
Equip Industrial	0,00	11.548,38	14.858,62	26.407,00	-43,73%
Equipamentos Energéticos	790,99	27.030,56	117.029,79	143.269,36	-18,31%
Equipamentos Gráficos	27.887,89	48.622,06	80.160,39	100.894,56	-20,55%
Equip de Áudio e Vídeo	4.228.278,43	6.365.026,63	13.597.308,66	15.734.056,86	-13,58%
Máq, Aparelhos e Eq. Diversos	20.435,99	41.946,22	85.324,90	106.835,13	-20,13%
Material TIC*	455.373,40	4.637.162,58	25.221.892,91	29.403.682,09	-14,22%
Máquinas de escritório	24.824,73	59.325,97	78.118,07	112.619,31	-30,64%
Ativos de rede*	24.125.994,76	1.476.940,00	29.207.922,28	6.558.867,52	345,32%
Máquinas de oficina	42.713,65	69.903,29	85.928,85	113.118,49	-24,04%
Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	3.948,13	3.641,49	7.512,34	7.205,70	4,26%
Computadores*	34.028.773,88	0,00	37.181.053,79	3.152.279,91	1079,50%
Mobiliário em Geral	5.278.799,75	3.650.074,07	9.332.099,17	7.703.373,49	21,14%
Servidores (Storage)*	32.055.773,00	0,00	43.357.012,86	11.301.239,86	283,65%
Obras de Arte	18.443,00	0,00	7.275.336,69	7.256.893,69	0,25%
Impressoras*	0,00	0,00	472.611,01	472.611,01	0,00%
Telefonia*	0,00	21.000,00	1.697.495,98	1.718.495,98	-1,22%
Veículos Diversos	48.478,97	167.532,72	131.489,14	250.542,89	-47,52%
Peça não Incor. ao Imóvel	149,92	4.136,13	2.321,79	6.308,00	-63,19%
Veículos de Tração Mecânica	6.509.239,35	5.410.134,19	15.384.486,01	14.285.380,85	7,69%
Outros Materiais Permanentes	12,48	0,00	31,46	18,98	65,75%
TOTAL	110.649.125,10	28.138.204,15	192.529.100,83	110.018.179,88	75,00%

*Por incompatibilidade entre o SIAFI e o Sistema de Gestão Patrimonial do STJ, os saldos destes grupos encontram-se na conta “Equipamento de Tecnologia da Informação de Comunicação/TIC”.

ANEXO IV - BENS EM PODER DE TERCEIROS, CEDIDOS A OUTROS ÓRGÃOS, EM PROCESSO DE LOCALIZAÇÃO E TERMOS DE CESSÃO DE USO

BENS EM PODER DE TERCEIROS	VALOR DE ENTRADA (R\$)	VALOR LÍQ. CONTÁBIL (R\$)
Sala da AGU	8.490,48	1.798,07
Sala da Defensoria Pública da União	18.233,33	7.346,93
Sala da Engemil	510.848,68	163.213,28
Sala da Gráfica Digital	116.669,10	51.926,12
Sala da RCS Tecnologia	145.617,83	85.799,19
Sala da Staefa	61.815,46	29.569,99
Sala dos Estoquistas	88.512,08	57.095,14
Uniserve Com. e Serviços Terceirizados Ltda – ME	34.477,34	60.619,84
Estúdio Fotográfico	471.167,99	294.336,65
GSI Serviços Especializados Ltda	53.630,52	37.330,63
Plansul Planejamento e Consultoria EIRELI	6.021.247,47	1.166.509,83
Eletrocontrole Engenharia LTDA	74.128,48	36.316,24
Restaurante	839.700,83	162.984,71
TOTAL	8.444.539,59	2.154.846,62
CEDIDOS A OUTROS ÓRGÃOS	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR TOTAL GERAL (R\$)
Supremo Tribunal Federal	14.500,00	1.149,80
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás	325.670,00	6.209,22
Tribunal de Justiça do SP Fórum Criminal Barra Funda	33.780,00	21.683,65
TOTAL	373.950,00	29.042,57
EM PROCESSO DE LOCALIZAÇÃO	VALOR DE ENTRADA (R\$)	VALOR LIQ CONTÁBIL (R\$)
Diversos	57.060,59	29.022,77
TERMOS DE CESSÃO DE USO	RESSARCIMENTOS ATÉ NOVEMBRO	
SICOOB Judiciário – Termo de Cessão de Uso 02/2023	R\$ 15.042,84	
Banco do Brasil - Termo de Cessão de Uso 01/2022	R\$ 143.392,64	
Banco Bradesco - Termo de Cessão de Uso 04/2022	R\$ 104.454,25	
Caixa Econômica Federal - Termo de Cessão de Uso 01/2021	R\$ 111.571,78	
ASSTJ – Termo de Cessão de Uso 01/2020	R\$ 32.029,89	
Banco Santander - Termo de Cessão de Uso 03/2022	R\$ 164.541,85	
UNICEUB - Termo de Cessão de Uso 15/2019	R\$ 4.889,88	
ASAJUS - Termo de Cessão de Uso 01/2023	R\$ 2.660,98	
Banco Itaú/Unibanco – Termo de Cessão de Uso 02/2022	R\$ 1.644,13	
Taioba – Termo de Cessão de Uso 01/2019	R\$ 63.892,71	
Taioba – Termo de Cessão de Uso 02/2024	R\$ 116.376,36	
Decolando – Termo de Cessão de Uso Anexo ao Contrato STJ 05/2020	R\$ 6.818,13	
Telefônica Brasil S.A. – Termo de Cessão de Uso 01/2019	-	
OI Móvel S.A. – Termo de Cessão de Uso 02/2019	-	
TIM S.A. – Termo de Cessão de Uso 03/2019	-	
Americel S.A. – Termo de Cessão de Uso 04/2019	-	
TOTAL	R\$ 767.315,44	

ANEXO V - DOS BENS IMÓVEIS

IMOBILIZADO		
ESPECIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO (RIP)	30/11/2024 (R\$)
Sede do Superior Tribunal de Justiça - SAF Sul Qd 06 Lote 01	9701052595007	300.671.049,26
Sede da Ass. dos Serv. do STJ - SCES Trecho 1 Lt 1-B Clube	9701052675000	1.204.623,40
Garagem - SGON q.2 Lts 10 e 20	9701002515000	1.441.747,89
Garagem - SGON q.3 Lts 50 e 80	9701158125004	1.771.079,88
Terreno - SCEES Trecho 3 Lt 07	9701337945006	79.807.348,29
Armazém/Galpões - SGON q. 4 Lt 5	9701237085005	2.703.454,76
Residencial - 01	9701030675008	1.444.955,79
Residencial - 02	9701030685003	1.444.955,79
Residencial - 03	9701030705004	513.573,80
Residencial - 04	9701032295008	1.088.984,73
Residencial - 05	9701032335000	2.017.741,85
Residencial - 06	9701034625005	2.280.045,66
Residencial - 07	9701035425000	1.013.063,26
Residencial - 08	9701040635009	784.617,72
Residencial - 09	9701044705001	462.062,91
Residencial - 10	9701047815002	716.646,29
Residencial - 11	9701047865000	903.476,94
Residencial - 12	9701048065007	1.714.419,05
Residencial - 13	9701048915000	614.716,37
Residencial - 14	9701050875002	1.594.660,36
Residencial - 15	9701050905009	1.889.807,32
Residencial - 16	9701224595000	2.009.985,81
Residencial - 17	9701335775006	1.119.982,87
TOTAL		409.213.000,00

ANEXO VI - TERMOS DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	VALOR REG.*	VALORES REPASSADOS**	SALDO ATUAL A REPASSAR
1AAFSW	STJ-UNB 05/2021 Mestrado em Direito para Servidores do STJ	2.267.094,08	2.265.602,84	1.491,24
1AAHYB	STJ-STF 02/2022 TV Justiça	59.646,65	8.671,00	50.975,65
1AAIEP	STJ-SF 03/2022 Biblioteca Digital STJ p/ Senado Federal	144.630,00	60.970,13	83.659,87
1AAIFY	STJ-FUB 01/2022 Capacitação/Mestrado	800.000,00	800.000,00	0,00
1AAQES	CNJ-STJ 001/2023 Melhorias na Informatização do Processo Judicial	60.000.000,00	60.000.000,00	0,00
1AAQGW	STJ-CJF 001/2023 Serviços Gráficos	1.400.000,00	199.155,33	1.200.844,67
1AATXQ	STJ-STF 01/2024 TV e Rádio Justiça	460.065,00	460.065,00	0,00
696798	STJ-CJF 11/2018 Serviços Gráficos	1.140.000,00	1.140.000,00	0,00
698340	STJ-UNB 02/2019 Pós-Graduação para Servidores do STJ	1.941.191,73#	1.941.191,73#	0,00
699768	STJ-SF 01/2020 Ressarc. Desp. Imóveis Funcionais	2.626.638,00	2.521.572,50	105.065,50
TOTAL		70.839.265,46	69.397.228,53	1.442.036,93

*Valores Registrados (71221.02.01)

**Valores Repassados (81221.02.02 + 81221.02.03 + 81221.02.06)

#Destaca-se que, do total repassado de R\$ 1.941.191,73, o valor de R\$ 138.981,92 foi devolvido pela UNB junto com a prestação de contas final da TED 698340, vide nota de sistema 2024NS026237.

ANEXO VII - PASSIVOS DE PRECATÓRIOS

03/04/2023 A 31/12/2023

UG	DENOMINAÇÃO	DOC SIAFI	SALDO EM 31/12/2023 (R\$)
170013	Setorial Orçamentária do Ministério da Economia	PA558/23 – NS 29267/23	81.090.164,52
TOTAL			81.090.164,52

PREVISTOS NA LOA 2024

UG	DENOMINAÇÃO	DOC SIAFI	SALDO EM 31/12/2023 (R\$)
170013	Setorial Orçamentária do Ministério da Economia	PA514/23 - NS 27401/23*	128.693.208,33*
TOTAL			128.693.208,33*

*O Valor de precatórios registrado com a NS 27401/2023 foi de R\$ 234.422.542,95. Contudo, parte deste valor de precatórios transferido da UG de origem para pagamento ainda em 2023, conforme se observa na nota de sistema 2023NS028854.

ANEXO VIII - EXECUÇÃO DA LOA 2024

TOTAL AUTORIZADO		R\$ 2.113.742.393,00					
	PREVISTO (R\$)	EXECUTADO (R\$)	SALDO EXEC %				
PROGRAMA							
0033 – Programa de Gestão e Manutenção do Judiciário	2.095.605.192,00	1.901.765.433,21	90,75%				
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	4.087.256,00	8.087.256,00	197,87%				
0999 - Reserva de Contingência	14.049.945,00		0,00%				
FUNÇÃO							
02 – Judiciária	1.635.041.134,00	1.454.736.841,34	88,97%				
09 - Previdência Social	460.564.058,00	447.028.591,87	97,06%				
28 - Encargos Especiais	4.087.256,00	8.087.256,00	197,87%				
99 - Reserva de Contingência	14.049.945,00		0,00%				
SUBFUNÇÃO							
061 - Ação Judiciária	491.368.880,00	351.034.296,24	71,44%				
122 - Administração Geral	831.595.588,00	807.260.112,67	97,07%				
128 - Formação de Recursos Humanos	15.069.670,00	14.101.390,64	93,57%				
272 - Previdência do Regime Estatutário	460.564.058,00	447.028.591,87	97,06%				
331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	162.936.662,00	161.547.647,45	99,15%				
846 - Outros Encargos Especiais	138.157.590,00	128.880.650,34	93,29%				
999 - Reserva de Contingência	14.049.945,00		0,00%				
GRUPO DE DESPESA							
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.438.836.003,00	1.380.503.554,88	95,95%				
3 - Outras Despesas	553.822.464,00	483.060.591,71	87,22%				
4 – Investimentos	121.083.926,00	46.288.542,62	38,2285%				
9 - Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00%				
FONTE POR GRUPO DE DESPESA							
Fonte	1 – PESSOAL	3 – O.D.C	4 – INVEST.	9 – RES.	TOTAL	EXECUTADO	AH
1000	978.271.945,00	490.381.162,00	121.083.926,00	0,00	1.589.737.033,00	1.400.654.452,07	88,11%
1001	173.313.328,00	0,00	0,00	0,00	173.313.328,00	159.777.861,87	92,19%
1027	0,00	53.480.986,00	0,00	0,00	53.480.986,00	52.276.220,50	97,75%
1050	0,00	16.342,00	0,00	0,00	16.342,00	2.686,25	16,44%
1052	0,00	428.606,00	0,00	0,00	428.606,00	375.521,77	87,61%
1056	287.250.730,00	0,00	0,00	0,00	287.250.730,00	287.250.730,00	100,00%
3000	0,00	9.515.368,00	0,00	0,00	9.515.368,00	9.515.216,75	100,00%
TOTAL	1.438.836.003,00	553.822.464,00	121.083.926,00	0,00	2.113.742.393,00	1.909.852.689,21	90,35%



STJ SUPERIOR
TRIBUNAL DE JUSTIÇA